

Saúde pública e o uso de plantas medicinais como práticas integrativas

Public health and the use of medicinal plants as integrative practices

La salud pública y el uso de plantas medicinales como prácticas integradoras

Recebido: 12/10/2022 | Revisado: 25/10/2022 | Aceitado: 27/10/2022 | Publicado: 01/11/2022

Diolen Virgínia Borges Souza de Aquino Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5916-2993>
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
E-mail: dioaquinocoelho@gmail.com

Larissa Pires Mueller

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0134-7033>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: larissapiresmueller@gmail.com

Joshiley Coelho Guindo de Aquino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9198-7079>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: joshileycoelho@gmail.com

Altair Meirelles de Sousa Maia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4552-8955>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: altairmeirelles@gmail.com

Vinício Guimarães Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1923-606X>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: vinicioguimaraes1995@gmail.com

Thais Gimenes Bachega

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2402-6195>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: thais.bachega@hotmail.com

Lígia Harumi Vilela Bartnick Tanaka

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0149-188X>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: ligia.htanaka@gmail.com

Silvia Aparecida Oesterreich

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5293-6618>
Federal University of Grande Dourados, Brazil
E-mail: silviaoesterreich@ufgd.edu.br

Resumo

Objetivo: abordar a importância das plantas medicinais para a gestão pública, salientando que as plantas medicinais tornam-se a cada dia mais uma boa opção para saúde pública frente ao uso relacionado à saúde por sua eficácia e custo. Métodos: Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica de forma exploratória descritiva com abordagem qualitativa. Resultados: Inúmeros relatos de benefícios do uso de plantas medicinais, sendo utilizado por grande parte da população tanto no Brasil quanto no mundo, assim como em países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos, porém alguns motivos acabam preocupando, pois o produto precisa ser utilizado de maneira correta, e uma grande preocupação é a automedicação exagerada, associada a medicações alopáticas, sem comunicação ao médico, além da falta de conhecimento sobre os efeitos medicinais e tóxicos das plantas. Considerações finais: Quando falamos especificamente de valores, as plantas medicinais se inserem no baixo custo e na acessibilidade, é fácil preparar um remédio caseiro feito com algumas plantas medicinais que se encontrou na horta ou mesmo já preparados em forma de infusões e garrafadas que se compra em feiras, bem como na forma de extratos e óleos essenciais, sendo muitas vezes a única forma econômica de dispor da medicação, por não ter acesso as demais formas.

Palavras-chave: Fitoterapia; Plantas medicinais; Saúde pública.

Abstract

Objective: To address the importance of medicinal plants for public management, highlighting that medicinal plants are becoming increasingly a good option for public health in the face of health-related use for its effectiveness and cost. Methods: A literature review was carried out in an exploratory descriptive way with a qualitative approach. Results: There are many reports of benefits from the use of medicinal plants, being used by much of the population both in Brazil and worldwide, as well as in developing and developed countries, but some reasons end up worrying, because the product needs to be used correctly, and a major concern is the exaggerated self-medication, associated

with allopathic medications, without communication to the doctor, and the lack of knowledge about the medicinal and toxic effects of plants. Final considerations: When we talk specifically about values, the medicinal plants are inserted in the low cost and accessibility, it is easy to prepare a home remedy made with some medicinal plants found in the garden or even already prepared in the form of infusions and bottles that are bought in fairs, as well as in the form of extracts and essential oils, being many times the only economical way to have medication, for not having access to other forms.

Keywords: Phytotherapy; Medicinal plants; Public health.

Resumen

Objetivo: abordar la importancia de las plantas medicinales para la gestión pública, resaltando que las plantas medicinales se convierten cada día más en una buena opción para la salud pública frente al uso relacionado con la salud por su eficacia y cuidado. Métodos: Se realizó una investigación de revisión bibliográfica de forma exploratoria descriptiva con abordaje cualitativo. Resultados: Hay muchos informes sobre los beneficios del uso de las plantas medicinales, siendo utilizadas por gran parte de la población, tanto en Brasil como en el mundo, así como en los países en desarrollo y desarrollados, pero algunas razones terminan siendo preocupantes, porque el producto necesita ser utilizado correctamente, y una gran preocupación es la automedicación exagerada, asociada a los medicamentos alopáticos, sin comunicación al médico, y la falta de conocimiento sobre los efectos medicinales y tóxicos de las plantas. Consideraciones finales: Cuando hablamos específicamente de valores, las plantas medicinales se insertan en el bajo costo y la accesibilidad, es fácil preparar un remedio casero hecho con algunas plantas medicinales encontradas en el jardín o incluso ya preparadas en forma de infusiones y frascos que se compran en las ferias, así como en forma de extractos y aceites esenciales, siendo muchas veces la única forma económica de tener medicamentos, por no tener acceso a otras formas.

Palabras clave: Fitoterapia; Plantas medicinales; Salud pública.

1. Introdução

O uso de plantas medicinais é tão antigo quanto a humanidade. As primeiras civilizações já tinham uma percepção de que diversas plantas continham em suas essências princípios ativos e estes, quando usados no combate à doenças, se mostraram de forma empírica, curativos. Acredita-se que um dos registros mais antigos seja da medicina chinesa (Braga, et al, 2021).

O recurso terapêutico utilizado durante muito tempo pelas pessoas e suas famílias eram as plantas. No decorrer do tempo, com os avanços no meio científico, principalmente na área da saúde, foram surgindo novas formas de tratar e curar as doenças (Campos, et al, 2019).

Para muitos, a terapia alternativa é a principal fonte de tratamento, sendo as plantas medicinais os principais medicamentos. Em países em desenvolvimento o uso das plantas medicinais é maior, por tradição e por se tratar de uma alternativa barata e economicamente viável. Já nos países mais desenvolvidos, pode-se observar um maior uso de fitomedicamentos, pois é influenciado pelo consumo de produtos naturais (Dresch, et al, 2021).

A utilização de plantas medicinais recebeu destaque no meio das gestões em saúde, principalmente após a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) em documentos relacionados ao uso de plantas medicinais. O Ministério da Saúde (MS), por sua vez, desenvolveu diversas ações a fim de criar uma prática e uma utilização de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), como a Portaria Nº 971 de 3 de maio de 2006 que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS; o Decreto do Presidente da República Nº 5.813 de 22 de junho de 2006 que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; a Portaria Interministerial Nº 2.960 de 9 de dezembro de 2008 que aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos bem como a criação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Ministério da saúde, 2009; 2011; 2012).

A alopatia é considerada imediatista em comparação às terapias alternativas. Trata-se do sistema de medicina que combate as doenças por meios contrários a elas, procurando conhecer a etiologia e combater as causas, sempre em sentido oposto à causa da enfermidade. Ela é capaz de provocar no organismo o efeito contrário ao causado pela doença que se deseja combater, a fim de diminuí-las ou neutralizá-las (Mattos, et al, 2018).

A fitoterapia é o tratamento com base na utilização de substâncias extraídas de plantas. Preconiza o uso de medicamentos preparados a partir de plantas medicinais e/ou plantas comprovadamente eficazes para determinados fins. Tanto a alopatia quanto a fitoterapia são baseadas no princípio dos contrários (Badke, et al, 2019).

Já a homeopatia é baseada no princípio da semelhança, cujo significado quer dizer: “os semelhantes se curam pelos semelhantes”. É um método para tratamento e prevenção de doenças crônicas e agudas, em que a cura se dá através do estímulo do organismo a reagir contra o problema, fortalecendo seus mecanismos de defesa naturais. O medicamento homeopático é preparado em um processo que consiste na diluição sucessiva da substância, devendo seguir todas as normas sanitárias e os cuidados para o seu uso, como qualquer outro medicamento (Braga, et al, 2021).

Muitas pessoas ainda não conhecem a Fitoterapia, sua prática, em que meio ela acontece e como pode ser realizado o uso de plantas. A Resolução RDC nº17, de 24 de fevereiro de 2000, dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Essa resolução apresenta o Regulamento Técnico sobre o Registro de Medicamentos Fitoterápicos, e estabelece como deve ser a produção e registro de um medicamento fitoterápico (Batista, et al, 2019).

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 48/04 é a principal legislação atual que regulamenta o registro de fitoterápicos, nela estão estabelecidos todos os requisitos necessários para a sua concessão, os quais se baseiam na garantia da qualidade do medicamento fitoterápico comprovando sua segurança e eficácia. Através da Portaria Ministerial MS/GM nº 971/06 foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS incentivando o uso de plantas (Brasil, 2006).

Embora haja muitas instituições como a unidade de saúde da família em Alagoa Grande/PB, o programa verde em Curitiba, a farmácia viva em Fortaleza, o programa municipal de uso de planta medicinais em Vitória e o hospital de medicina alternativa em Goiânia, que trabalham atualmente com plantas medicinais no atendimento à população, ainda há resistência por parte dos gestores acerca desse método e sua eficácia, sendo então, necessária uma abordagem mais efetiva a fim de avaliar e mostrar os resultados positivos do uso de plantas medicinais nos serviços de saúde do SUS (De Carvalho, et al, 2021).

O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos vem crescendo e estabelece ações pelos diversos parceiros, em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde (Ministério da saúde, 2009; Conass, 2011).

Uma análise das publicações científicas abordando discussões atuais sobre o tema buscando uma melhoria da saúde profissional e dar suporte aos profissionais para possam desenvolver sua prática com maior eficiência é objetivo deste trabalho.

2. Metodologia

Estudos que avaliaram a utilização de plantas medicinais na gestão pública foram elegíveis para revisão. Usando os seguintes critérios: (i) data de publicação entre 2000 a 2022, (ii) escrito nos idiomas inglês, espanhol e português, (iii) texto completo e gratuito. Os estudos foram excluídos se seguir os critérios (i) estudos fora do período selecionado pelos autores, (ii) teses e dissertações e (iii) estudos pagos.

Uma revisão do estado da arte foi realizada, que incluiu os seguintes bancos de dados acadêmicos: Academic Search Complete, PubMed, ScienceDirect, Web of Science e Wiley Online Library. Várias pesquisas nos bancos de dados eletrônicos declarados foram realizadas durante o período de janeiro a outubro de 2022, usando os seguintes termos de pesquisa: plantas medicinais OR gestão pública OR saúde pública; fitoterapia OR gestão pública; práticas integrativas OR saúde pública.

Após a revisão integrativa de literatura (Benefield, 2003) os estudos foram separados por título e resumo, em seguida, os estudos de interesse foram avaliados para elegibilidade. Os artigos selecionados foram demonstrados no quadro logo abaixo:

Quadro 1 - Artigos selecionados para Corpus da pesquisa (autor, ano e título).

Autor/ano	Título do artigo
Badke, M. R., Cogo, S. B., Ilha, A. G., Heisler, E. V., Schimith, M. D., & Sacramento, H. T. D. (2019).	Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos.
Batista, L. A., Brandão, E. G., Rosas, L. V., Pinto, M. N., de Araújo Pantoja, T. M., Araújo, T. V., & Lima, R. A. (2019).	Levantamento de plantas medicinais utilizadas contra parasitoses e verminoses intestinais no município de Atalaia do Norte-AM.
Braga, J. C. B., & da Silva, L. R. (2021).	Consumo de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: perfil de consumidores e sua relação com a pandemia de COVID-19.
Campos, A. M. P., de Sousa Magalhães, A. R., da Silva, M. C. P., Freitas, T. A., & Pessoa, C. V. (2019).	Uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos: Revisão de literatura.
de Carvalho, A. C., da Silva Oliveira, A. A., & da Paixão Siqueira, L. (2021).	Plantas medicinais utilizadas no tratamento do Diabetes Mellitus: Uma revisão Medicinal plants used in the treatment of Diabetes Mellitus: A review.
Contatore, O. A., Tesser, C. D., & Barros, N. F. D. (2022).	Acupuntura na Atenção Primária à Saúde: referenciais tradicional e médico-científico na prática cotidiana.
Damasceno, C. M. D., Dantas, M. G. B., Pio, I. D. S. L., Fontana, A. P., de Faria, M. D., & da Silva Almeida, J. R. G. (2019).	Estudo etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas em instituição de saúde holística na cidade de Petrolina-PE.
Dresch, R. R., Libório, Y. B., & Czermainski, S. B. C. (2021).	Compilação de levantamentos de uso de plantas medicinais no Rio Grande do Sul.
Fernandes, B. F., Gonçalves, H. R., Guimarães, M. R., Alves, A. A., & Bieski, I. G. C. (2019).	Estudo etnofarmacológico das plantas medicinais com presença de saponinas e sua importância medicinal.
Ferreira, E. T., dos Santos, E. S., Monteiro, J. S., Gomes, M. D. S. M., de Oliveira Menezes, R. A., & de Souza, M. J. C. (2019).	A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro.
Gonçalves, M. D. M. M., Cajaiba, R. L., dos Santos, W. B., de Sousa, E. S., Martins, J. D. S. C., Pereira, K. S., & de Almeida Sousa, V. (2018).	Estudo etnobotânico do conhecimento e uso de plantas medicinais em Santa Luzia, Maranhão, Brasil.
Goés, A. C. C., da Silva, L. S. L., & de Castro, N. J. C. (2019).	Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na Atenção Primária à Saúde.
Griott, D. E. S., Souza, D. G., da Rocha, M. N. C., & Sobragi, C. G. (2021).	Gestão pública e hortas urbanas uma análise dos municípios da região metropolitana de porto alegre.
Mattos, G., Camargo, A., Sousa, C. A. D., & Zeni, A. L. B. (2018).	Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais.
Miranda, E. D. (2021).	Percepções quanto ao uso e efetividade das plantas medicinais e de fitoterápicos por profissionais de saúde atuantes no Sistema de Saúde Pública do município de Cascavel, Paraná.
Pedroso, R. D. S., Andrade, G., & Pires, R. H. (2021).	Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional.
Ramos, E. S., de Oliveira Ramos, J. H., & Damascena, R. S. (2019).	Avaliação do uso de Plantas Medicinais para o tratamento de Hipertensão Arterial Sistêmica entre os usuários de uma Unidade Básica de Saúde/Evaluation of the use of Medicinal Plants for the treatment of Systemic Arterial Hypertension among users of a Basic Health Unit.
da Silva Filho, N. V. (2022).	Farmácia viva: uma alternativa à saúde pública do município de Cravolândia, Bahia.

Fonte: Autores.

3. Resultados e Discussão

Ainda que o presente artigo não tenha realizado uma exploração exaustiva do conjunto de indicadores bibliométricos disponíveis para estudos dessa natureza, pode ser considerado como uma primeira aproximação à produção científica na área.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura utilizando dos recursos disponíveis na base de dados da Lilacs, SciELO e portal de teses da Capes mostrou-se fértil para a realização do estudo, além de propiciar estudos posteriores, considerando o intenso uso de tecnologias eletrônicas de informações.

A regulamentação em vigor para o registro de medicamentos fitoterápicos é a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 48/2004, que determina os aspectos essenciais ao registro, como identificação botânica das espécies vegetais utilizadas, padrão de qualidade e identidade e provas de eficácia e segurança que validem as indicações terapêuticas propostas. Há ainda as Resoluções Específicas (RE): RE 88/2004, que contempla a Lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de fitoterápicos; RE 89/2004, que contempla a Lista de registro simplificado de fitoterápicos; RE 90/2004, contendo o Guia para realização dos testes de toxicidade pré-clínica de fitoterápicos; e RE 91/2004, que trata do Guia para realização de alterações, inclusões, notificações e cancelamento pós-registro de fitoterápicos (Brasil, 2006; Cantatore, et al, 2022).

As ações levantadas no ano de 2004 tiveram por objetivo falar claramente acerca do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no processo de atenção à saúde o Conselho Nacional de Saúde no mesmo ano aprovou-se a Política Nacional de Assistência Farmacêutica com a resolução nº 338 (Conass, 2011).

Em 2005 aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica que aprovou 48 recomendações dentre elas a implantação de programas para uso de medicamentos fitoterápicos nos serviços de saúde. Ficou estabelecido na 1ª Conferência em 2006 por meio da portaria MS nº 971, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, que trata das diretrizes, ações e responsabilidades dos três governos, federal, estadual e municipal, e esse devem oferecer: serviços e produtos homeopáticos, plantas medicinais e fitoterápicos, medicina tradicional chinesa/acupuntura entre outros.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada pelo Decreto Presidencial nº 5.813, de 22/06/2006, foi elaborada por Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) o qual contempla diretrizes que vão desde a cadeia produtiva de plantas medicinais até os produtos fitoterápicos.

O programa Farmácia Viva no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2010, foi aprovado pela Portaria nº 886/GM/MS. Criado pelo professor Francisco José de Abreu Matos da Universidade Federal do Ceará, ele estudou durante 50 anos as plantas medicinais dando origem a uma grande e reconhecida literatura sobre a mesma.

O referido programa é um dos pioneiros em assistência farmacêutica que se baseia no emprego científico de plantas medicinais no Brasil, buscando ofertar medicamentos fitoterápicos acessíveis à população. O intuito do programa não é somente ofertar, mas passar por todas as etapas do processo tais como: cultivo, coleta, processamento, armazenamento de plantas medicinais, manipulação, dispensação de preparações magistrais até oficinas de plantas medicinais e produtos fitoterápicos esse é o princípio fundamental da farmácia viva (Ferreira, et al, 2019).

Alguns estados e alguns municípios vêm realizando a implantação desses programas e portarias na atenção primária à saúde, com o intuito de suprir as carências medicamentosas de algumas comunidades e também para facilitar a disseminação da ideia muitos desses programas estão, atualmente, vinculados ao programa saúde da família (Damasceno, et al, 2019).

No ano seguinte a criação do Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais (PPPM), houve a criação da Resolução da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (CIPLAN) em 08 de março de 1988, a qual determinava procedimentos e rotinas relativas à prática da Fitoterapia nas Unidades Assistenciais Médicas e por consequência regulamentava a prática de Fitoterapia nos serviços de saúde.

No ano de 2008 foi instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria de nº 2.960 o programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que visa manter a segurança, eficácia e qualidade de plantas medicinais e fitoterápicos utilizados no SUS, assim como reconhecer as práticas populares e tradicionais de plantas medicinais e remédios caseiros. Então, no ano de 2009, foi divulgada uma lista com 71 espécies de plantas medicinais de interesse do SUS.

Quadro 2 - Lista de nomes de 71 espécies de plantas medicinais de interesse do SUS.

1.	<i>Achillea millefolium</i> (mil-folhas)
2.	<i>Allium sativum</i> (alho)
3.	<i>Aloe spp</i> (<i>Aloe vera</i> ou <i>Aloe barbadensis</i>) - (babosa)
4.	<i>Alpinia</i> (<i>Alpinia zerumbet</i> ou <i>Alpinia speciosa</i>) – (louro baiano)
5.	<i>Anacardium occidentale</i> – (cajueiro)
6.	<i>Ananas comosus</i> – (abacaxi)
7.	<i>Apuleia ferrea</i> = <i>Caesalpinia ferrea</i> – (pau ferro)
8.	<i>Arrabidaea chica</i> – (crajiru)
9.	<i>Artemisia absinthium</i> – (losna)
10.	<i>Baccharis trimera</i> – (carqueja)
11.	<i>Bauhinia spp</i> (<i>Bauhinia affinis</i> , <i>Bauhinia forficata</i> ou <i>Bauhinia variegata</i>) – (pata-de-vaca)
12.	<i>Bidens pilosa</i> – (picão preto)
13.	<i>Calendula officinalis</i> – (calendula)
14.	<i>Carapa guianensis</i> – (andiroba)
15.	<i>Casearia sylvestris</i> – (cafezeiro do mato)
16.	<i>Chamomilla recutita</i> = <i>Matricaria chamomilla</i> – (Camomila)
17.	<i>Chenopodium ambrosioides</i> – (erva de Santa Maria)
18.	<i>Copaifera spp</i> – (copaíba)
19.	<i>Cordia spp</i> (<i>Cordia curassavica</i> ou <i>Cordia verbenacea</i>) – (erva-baleeira)
20.	<i>Costus spp</i> (<i>Costus scaber</i> ou <i>Costus spicatus</i>) – (cana-do-brejo)
21.	<i>Croton spp</i> (<i>Croton cajucara</i> ou <i>Croton zehntneri</i>) - (sacaca)
22.	<i>Curcuma longa</i> – (açafão-da-terra)
23.	<i>Cynara scolymus</i> – (alcachofra)
24.	<i>Dalbergia subcymosa</i> – (verônica)
25.	<i>Eleutherine plicata</i> – (marupazinho)
26.	<i>Equisetum arvense</i> – (cavalinha)
27.	<i>Erythrina mulungu</i> – (mulungu)
28.	<i>Eucalyptus globulus</i> – (eucalipto)
29.	<i>Eugenia uniflora</i> ou <i>Myrtus brasiliana</i> – (pitanga)
30.	<i>Foeniculum vulgare</i> – (anis-doce)
31.	<i>Glycine max</i> – (soja)
32.	<i>Harpagophytum procumbens</i> – (garra-do-diabo)
33.	<i>Jatropha gossypifolia</i> – (pinhão-roxo)
34.	<i>Justicia pectoralis</i> – (chambá)
35.	<i>Kalanchoe pinnata</i> = <i>Bryophyllum calycinum</i> – (folhas-da-fortuna)
36.	<i>Lamium album</i> – (urtiga-branca)
37.	<i>Lippia sidoides</i> – (alecrim-pimenta)
38.	<i>Malva sylvestris</i> – (malva)
39.	<i>Maytenus spp</i> (<i>Maytenus aquifolium</i> ou <i>Maytenus ilicifolia</i>) – (espinheira santa)
40.	<i>Mentha pulegium</i> – (poejo)
41.	<i>Mentha spp</i> (<i>M. crispa</i> , <i>M. piperita</i> ou <i>M. villosa</i>) – (mentas)

42.	<i>Mikania spp</i> (<i>Mikania glomerata</i> ou <i>Mikania laevigata</i>) – (guaco)
43.	<i>Momordica charantia</i> – (melão de São Caetano)
44.	<i>Morus spp</i> – (amoreira branca)
45.	<i>Ocimum gratissimum</i> – (alfavacão, manjerição-cheiroso)
46.	<i>Orbignya speciosa</i> – (babaçu)
47.	<i>Passiflora spp</i> (<i>Passiflora alata</i> , <i>Passiflora edulis</i> ou <i>Passiflora incarnata</i>) – (maracujá)
48.	<i>Persea spp</i> (<i>P. gratissima</i> ou <i>P. americana</i>) – (avocado)
49.	<i>Petroselinum sativum</i> – (salsa, salsinha)
50.	<i>Phyllanthus spp</i> (<i>P. amarus</i> , <i>P. niruri</i> , <i>P. tenellus</i> e <i>P. urinaria</i>) – (quebra pedra)
51.	<i>Plantago major</i> – (tanchagem)
52.	<i>Plectranthus barbatus</i> = <i>Coleus barbatus</i> – (boldo da terra)
53.	<i>Polygonum spp</i> (<i>Polygonum acre</i> ou <i>Polygonum hydropiperoides</i>)
54.	<i>Portulaca pilosa</i> – (amor crescido)
55.	<i>Psidium guajava</i> – (goiaba)
56.	<i>Punica granatum</i> – (romã)
57.	<i>Rhamnus purshiana</i> – (cáscara sagrada)
58.	<i>Ruta graveolens</i> – (arruda)
59.	<i>Salix alba</i> – (salgueiro)
60.	<i>Schinus terebinthifolius</i> = <i>Schinus aroeira</i> – (pimenta rosa, aroeira)
61.	<i>Solanum paniculatum</i> – (jurubeba)
62.	<i>Solidago microglossa</i> – (arnica do campo, arnica brasileira)
63.	<i>Stryphnodendron adstringens</i> = <i>Stryphnodendron barbatimam</i> – (barbatimão)
64.	<i>Syzygium spp</i> (<i>S. jambolanum</i> ou <i>S. cumini</i>) – (jambo vermelho)
65.	<i>Tabebuia avellanedae</i> – (Ipê roxo)
66.	<i>Tagetes minuta</i> – (cravo de defunto)
67.	<i>Trifolium pratense</i> – (trevo vermelho)
68.	<i>Uncaria tomentosa</i> – (unha de gato)
69.	<i>Vernonia condensata</i> – (boldo baiano)
70.	<i>Vernonia spp</i> (<i>Vernonia ruficoma</i> ou <i>Vernonia polyanthes</i>) – (assa peixe)
71.	<i>Zingiber officinale</i> – (gingibre)

Fonte: Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos do Ministério da Saúde, 2009.

A publicação dessa lista deve ser considerada um grande avanço para a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde pública, pois anteriormente essa lista era bem mais restrita, contemplava apenas algumas espécies como, o guaco (*Mikania spp*), espinheira santa (*Maytenus spp*) e a babosa (*Aloe spp*). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) disponibilizou uma lista com nomes e indicações de uso dos fitoterápicos registrados, reforçando assim a utilização dos mesmos na saúde pública e na medicina popular (Góes, et al, 2019).

A maioria das plantas indicadas podem ser utilizadas sem prescrição médica. Mas devemos ressaltar que a utilização de forma incorreta das mesmas pode acarretar sérios problemas, pois como diz o ditado popular, “a diferença entre o remédio e o veneno e está na dose” (Fernandes, et al, 2019).

O uso da fitoterapia tem sido gradativamente incorporado aos serviços públicos de saúde. Em Campinas (SP) isto já vem acontecendo desde 1990. As análises acerca do uso de plantas medicinais são feitas em Centros de Saúde pertencentes à

região leste, onde uma equipe multiprofissional (médicos, enfermeiros, dentistas e farmacêuticos) são orientados sobre os procedimentos da terapêutica e as formas de apresentá-la aos pacientes, ou seja, como uma nova opção medicamento (tratamento) (Roveri, 1997). Os fitoterápicos vêm sendo produzidos ao longo de anos, como uma forma de suprir a lacuna deixada pela escassez de medicamentos alopáticos na rede pública conforme relata (Gonçalves, et al, 2019).

Em Mato Grosso do Sul não é diferente quando falamos sobre o uso de plantas medicinais, ao realizar um trabalho no município de Anastácio fez um levantamento das famílias de plantas mais utilizadas pela população daquela localidade.

As plantas mais utilizadas na Rede Pública de Saúde: Guaco (*Mikania glomerata*) utilizado contra gripe, rouquidão, infecção na garganta, tosse, bronquite; Calêndula (*Calendula officinalis*) é indicada para úlceras gastroduodenais, abscesso do estômago, afecções nervosas, artrismo, artrose, cólica menstrual e a Babosa (*Aloe vera*) possui um enorme poder de cura, sobretudo, em doenças imunológicas, como câncer. Alguns médicos da Rede Pública de Saúde, mesmo sem incentivo do governo municipal, prescrevem fitoterápicos, devido a esta terapêutica fazer parte de sua prática médica, ser bem-aceita e acessível à população (Pedroso, et al, 2021).

Foi possível perceber que o governo tem demonstrado interesse nas políticas e programas que tenham associação do conhecimento popular com científico, com o passar do tempo percebemos o grandioso número de portarias, legislações e decretos relacionados a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS dentre os quais pode-se ressaltar: O Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais (PPPM) da Central de Medicamentos (CEME), teve como objetivo principal estudar 55 plantas medicinais com o intuito de determinar a ação terapêutica, que estas plantas tinham segundo a população, com isso buscou-se com vários estudos científicos uma terapia alternativa e complementar (Ramos, et al, 2019).

Para que ocorra uma inclusão efetiva do uso de plantas medicinais (fitoterapia) em nosso país, não podemos consultar somente nas diretrizes do Ministério da Saúde que priorizam a investigação das plantas medicinais e implantação a fitoterapia como prática oficial da medicina, orientando pelas Comissões Interinstitucionais de Saúde (CIS) a buscarem sua inclusão no SUS (Griott, et al, 2021).

Faz-se necessário, para uma inclusão efetiva, que ocorra essencial mudança de conceitos entre os profissionais da área de saúde para que os mesmos conheçam as atividades farmacológicas e a toxicidade das plantas medicinais de cada bioma brasileiro, de acordo com os costumes, tradições e condição socioeconômica da população, o que demanda dedicação, estudo e pesquisas.

A funcionalidade e operacionalidade da utilização de plantas medicinais nos programas do Ministério da Saúde, seja eles da atenção primária à saúde ou até mesmo secundária, podem ser vistos como uma prática integrativa terapêutica muito útil e muito importante não somente para usuários mais também profissionais da saúde e por consequência os gestores (Da Silva, et al, 2022).

Os benefícios dessa prática terapêutica são inúmeros desde que o produto seja utilizado de maneira correta, assim como qualquer outro fármaco, um benefício muito visado pelos gestores é que as plantas se inserem no baixo custo e na acessibilidade que ela traz. Não obstante, o uso das plantas medicinais também apresenta alguns riscos. Os principais decorrem da desinformação sobre as propriedades farmacológicas da planta e em especial sua toxicidade e interações que podem ocorrer com uso das mesmas, cada espécie possuem ações específicas.

4. Conclusão

Com as várias mudanças econômicas, políticas e sociais que impactam não somente a saúde das pessoas, mas também o modo de pensar acerca do cuidado com ser humano, cada vez mais o uso de recursos naturais tem sido incorporado no cotidiano da população, como alternativa às práticas alopáticas.

O Brasil, com sua vasta biodiversidade, favorece o objetivo do Ministério da Saúde de buscar alternativas para

melhorar a saúde da população. Para isso já se tem investido no uso da fitoterapia como “complemento” no SUS. Entretanto, se faz necessário que haja incentivo ao uso de produtos naturais e, principalmente, necessita-se de profissionais capacitados, que compreendam a química, toxicidade e farmacologia das plantas medicinais e princípios ativos sem desconsiderar o conhecimento popular.

Existem muitos programas de fitoterapia implantados e em fase de implantação em diversas regiões do Brasil. Isto porque inúmeras secretarias de saúde estão em busca de facilitar o acesso da população às plantas medicinais/fitoterápicos e visando o uso correto das mesmas, bem como o princípio de economicidade da administração pública, pois são tratamentos de baixo custo.

Mesmo com a crescente busca por práticas integrativas medicamentosas percebemos que os estudos acerca da fitoterapia, como recurso para a gestão pública, ainda são precários no Brasil. Logo, torna-se necessário o desenvolvimento nesta área, para que se possa enriquecer o conhecimento dos profissionais (enfermeiros, farmacêuticos, médicos, gestores, etc) e estudantes da saúde, auxiliando em seus conhecimentos acerca do assunto e tornando mais segura e eficaz a implementação das práticas fitoterápicas no SUS.

Referências

- ANVISA (2014). Disponível em: www.anvisa.gov.br/medicamentos/fitoterápicos/registro.htm. Acesso em: abril de 2022.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada nº 17, de 24 de fevereiro de 2000. Acessado em janeiro de 2022.
- Badke, M. R., Cogo, S. B., Ilha, A. G., Heisler, E. V., Schimith, M. D., & Sacramento, H. T. D. (2019). Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 9, e64.
- Batista, L. A., Brandão, E. G., Rosas, L. V., Pinto, M. N., de Araújo Pantoja, T. M., Araújo, T. V., & Lima, R. A. (2019). Levantamento de plantas medicinais utilizadas contra parasitoses e verminoses intestinais no município de Atalaia do Norte-AM. *Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)*, 9(2), 35-39.
- Benefield, L. E. (2003). Implementing evidence-based practice in home care. *Home healthcare now*, 21(12), 804-809.
- Braga, J. C. B., & da Silva, L. R. (2021). Consumo de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: perfil de consumidores e sua relação com a pandemia de COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(1) 1 - 9.
- Brasil. Decreto Presidencial nº 5813, de 22 de junho de 2006. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, 2006b. Ministério da saúde. Portaria nº 971 de 3 de maio de 2006. Brasília, 2006a.
- Campos, A. M. P., de Sousa Magalhães, A. R., da Silva, M. C. P., Freitas, T. A., & Pessoa, C. V. (2019). Uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos: Revisão de literatura. *Mostra Científica da Farmácia*, 6(1) 1 - 15.
- de Carvalho, A. C., da Silva Oliveira, A. A., & da Paixão Siqueira, L. (2021). Plantas medicinais utilizadas no tratamento do Diabetes Mellitus: Uma revisão Medicinal plants used in the treatment of Diabetes Mellitus: A review. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(3), 12873-12894.
- Contatore, O. A., Tesser, C. D., & Barros, N. F. D. (2022). Acupuntura na Atenção Primária à Saúde: referenciais tradicional e médico-científico na prática cotidiana. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 26 (2) 1- 10.
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
- Damasceno, C. M. D., Dantas, M. G. B., Pio, I. D. S. L., Fontana, A. P., de Faria, M. D., & da Silva Almeida, J. R. G. (2019). Estudo etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas em instituição de saúde holística na cidade de Petrolina-PE. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 43(3), 612-626.
- Dresch, R. R., Libório, Y. B., & Czermainski, S. B. C. (2021). Compilação de levantamentos de uso de plantas medicinais no Rio Grande do Sul. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31, e310219.
- Fernandes, B. F., Gonçalves, H. R., Guimarães, M. R., Alves, A. A., & Bieski, I. G. C. (2019). Estudo etnofarmacológico das plantas medicinais com presença de saponinas e sua importância medicinal. *Revista da Saúde da AJES*, 5(9) 1 - 12.
- Ferreira, E. T., dos Santos, E. S., Monteiro, J. S., Gomes, M. D. S. M., de Oliveira Menezes, R. A., & de Souza, M. J. C. (2019). A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. *Brazilian Journal of Health Review*, 2(3), 1511-1523.
- Gonçalves, M. D. M. M., Cajaiba, R. L., dos Santos, W. B., de Sousa, E. S., Martins, J. D. S. C., Pereira, K. S., & de Almeida Sousa, V. (2018). Estudo etnobotânico do conhecimento e uso de plantas medicinais em Santa Luzia, Maranhão, Brasil. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 9(5), 12-21.
- Goés, A. C. C., da Silva, L. S. L., & de Castro, N. J. C. (2019). Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na Atenção Primária à Saúde. *Revista de Atenção à Saúde*, 17(59) 1-8.

Griott, D. E. S., Souza, D. G., da Rocha, M. N. C., & Sobrugi, C. G. (2021). Gestão pública e hortas urbanas uma análise dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. *Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uergs (SIEPEX)*, 1(10) 12 - 20.

Mattos, G., Camargo, A., Sousa, C. A. D., & Zeni, A. L. B. (2018). Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 3735-3744.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.:il. *Cadernos de Atenção Básica*; n. 31.

Ministério da Saúde (2011). Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Relatório de Gestão 2006/2010: *Práticas Integrativas e Complementares no SUS*. Brasília.

Ministério da Saúde (2009). Secretaria de Atenção a Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília.

Miranda, E. D. (2021). Percepções quanto ao uso e efetividade das plantas medicinais e de fitoterápicos por profissionais de saúde atuantes no Sistema de Saúde Pública do município de Cascavel, Paraná, *Rev Saude Pub.* 12, 1 -10.

Pedroso, R. D. S., Andrade, G., & Pires, R. H. (2021). Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31, 10 - 15.

Ramos, E. S., de Oliveira Ramos, J. H., & Damascena, R. S. (2019). Avaliação do uso de Plantas Medicinais para o tratamento de Hipertensão Arterial Sistêmica entre os usuários de uma Unidade Básica de Saúde/Evaluation of the use of Medicinal Plants for the treatment of Systemic Arterial Hypertension among users of a Basic Health Unit. ID on line. *Revista de psicologia*, 13(48), 651-661.

da Silva Filho, N. V. (2022). Farmácia viva: uma alternativa à saúde pública do município de cravolândia, Bahia. *Trilhas-Revista de Extensão do IF Baiano*, 2(Supl. 1) 1-10.